



**EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DO CONSELHO DE ÉTICA E DECORO  
PARLAMENTAR DO SENADO FEDERAL**

*Na história recente da nossa pátria, houve um momento em que a maioria de nós, brasileiros, acreditou no mote segundo o qual uma esperança tinha vencido o medo. Depois, [...] descobrimos que o cinismo tinha vencido aquela esperança. Agora parece se constatar que o escárnio venceu o cinismo. O crime não vencerá a Justiça. Aviso aos navegantes dessas águas turvas de corrupção e das iniquidades: criminosos não passarão a navalha da desfaçatez e da confusão entre imunidade, impunidade e corrupção. [...] Não passarão sobre novas esperanças do povo brasileiro, porque a decepção não pode estancar a vontade de acertar no espaço público. Não passarão sobre a Constituição do Brasil”*

*(CARMEM LÚCIA, 2015. Trecho de voto em decisão que decretou a prisão de parlamentar)*

A **REDE SUSTENTABILIDADE**, partido político, CNPJ Nº 17.981.188/0001-07, com registro no TSE, com representação no Congresso Nacional, como é público e notório e faz juntar prova anexa (Doc.1), com sede no SDS – Bloco A, Conic – Ed. Boulevard Center – Asa Sul – Sala 108/109 – Brasília – DF, neste ato representado por seu Presidente Nacional, **JOSÉ GUSTAVO FÁVARO BARBOSA SILVA**, brasileiro, inscrito no CPF sob o nº 358.870.048-00, RG nº 46.210.248-8 SSP-SP;

O **PARTIDO SOCIALISMO E LIBERDADE – PSOL**, partido político, CNPJ Nº 06.954.942/0001-95, com registro no TSE, com representação no Congresso Nacional, como é público e notório, com sede SCS, Quadra 05, Bloco B, Loja 80. Brasília, Distrito Federal | CEP 70305-000, neste ato representado por seu Presidente Nacional, **RAIMUNDO LUIZ SILVA ARAÚJO**, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 212.951.582-72, RG nº 1824970;



Vêm, respeitosamente, à presença de V.Exa., com fulcro no o art. 55, II e § 2º, da Constituição Federal e do art. 13 e seguintes do Código de Ética e Decoro Parlamentar – Resolução do Senado nº 20, de 1993, por seus procuradores ao final subscritos, conforme instrumento de mandato anexo (Doc.2), todos com escritório profissional sito à Setor de Autarquias Sul, Quadra 01, Lote 02, Bloco "N", Edifício Terra Brasilis, Sala 412, Brasília, DF, CEP: 70.070-941, que indicam para fins do disposto no art. 319, do novel CPC, ofertar a presente

## **REPRESENTAÇÃO**

Para instauração do competente Procedimento Disciplinar, para verificação de quebra de decoro parlamentar, em face do Senador da República **AÉCIO NEVES DA CUNHA** (PSDB-MG), com domicílio legal sito ao Anexo I, 11º Andar, nesta Casa, doravante nominado **REPRESENTADO**, diante das razões de fato e de direito adiante expendidas:

### **I - DOS FATOS:**

O Sr. JOESLEY MENDONÇA BATISTA entregou à Procuradoria-Geral da República uma gravação em que figura como interlocutor o Sr. Senador **AÉCIO NEVES DA CUNHA** (PSDB-MG), em que o referido parlamentar solicita vantagem indevida no importe de R\$ 2 milhões.

No áudio, fruto de ação controlada, sob supervisão da Polícia Federal, nos termos do art.3º, III, da Lei de Organizações Criminosas (Lei nº 12.850, de 2013), com duração de cerca de 30 minutos, O **REPRESENTADO** justifica o pedido alegando que o numerário se destinaria ao suposto pagamento de sua defesa técnica, na chamada Operação Lava Jato.

O **REPRESENTADO** indicou o Sr. **FREDERICO PACHECO DE MEDEIROS** dele para receber a quantia, transação esta que efetivamente ocorreu e foi devidamente registrada por gravação audiovisual, também fruto de ação controlada, sob supervisão da Polícia Federal. As cédulas que foram transacionadas possuíam numeração controlada, tendo o seu caminho sido monitorado, verificando-se que sua destinação



final foi o depósito em sociedade empresária ligada à família do também parlamentar, o Sr. JOSÉ PERRELLA DE OLIVEIRA COSTA, a TAPERA PARTICIPAÇÕES EMPREENDIMENTOS AGROPECUÁRIOS.

Por esta razão, o Sr. FREDERICO PACHECO DE MEDEIROS foi alvo de mandado de prisão e detido cautelarmente pela Polícia Federal, na manhã do corrente dia, 18/05/2017, no condomínio Morro do Chapéu, em Nova Lima, na Região Metropolitana de Belo Horizonte. A informação foi confirmada pelo advogado de Frederico, Maurício Campos Júnior, mas o defensor disse que, por enquanto, não vai se manifestar sobre a prisão.

Tais evidências materiais encontram-se devidamente acauteladas, junto à Procuradoria-Geral da República e ao Egrégio Supremo Tribunal Federal, no bojo da colaboração premiada em negociação, promovida pelos Srs. JOESLEY MENDONÇA BATISTA e WESLEY MENDONÇA BATISTA, proprietários da *holding* J&S.

Em nota, a assessoria de imprensa de Aécio Neves confirmou os encontros bem como a transação financeira, embora negue peremptoriamente a sua índole ilícita:

**Nota da assessoria do senador Aécio Neves**

O senador Aécio Neves está absolutamente tranquilo quanto à correção de todos os seus atos. No que se refere à relação com o senhor Joesley Batista, ela era estritamente pessoal, sem qualquer envolvimento com o setor público. O senador aguarda ter acesso ao conjunto das informações para prestar todos os esclarecimentos necessários.

No tocante ao Sr. JOSÉ PERRELLA DE OLIVEIRA COSTA, em vídeo publicado em sua página na rede social *Facebook*, o REPRESENTADO afirmou que "*nunca*" recebeu "*um real sequer*" dos valores noticiados: "*Eu quero dizer para os que me conhecem e para os que não me conhecem que eu nunca falei com o dono da Friboi. Não conheço ninguém ligado a esse grupo. Nunca recebi de maneira oficial ou extraoficial um real sequer dessa referida empresa*", declarou o parlamentar no aludido pronunciamento.

Os Srs. JOESLEY MENDONÇA BATISTA e AÉCIO NEVES DA CUNHA se encontraram em São Paulo, no Hotel Unique, em 24 de março.



Antes, a irmã do REPRESENTADO, a Sr. ANDREA NEVES DA CUNHA, já havia abordado o Sr. JOESLEY MENDONÇA BATISTA, por ligação telefônica e por meio do aplicativo de mensagens instantâneas – *WhatsApp* - a propósito da referida solicitação indevida de vantagem, informando-o de que o Eminente Sr. ALBERTO ZACHARIAS TORON, Advogado Criminalista, seria o defensor do REPRESENTADO nos procedimentos em que figura como investigado ou réu. Relativamente às mensagens aqui referenciadas, as mesmas se encontram devidamente acauteladas no bojo dos anexos à colaboração premiada respectiva.

Por esta razão, a Sr. ANDREA NEVES DA CUNHA foi detida cautelarmente por agentes da Polícia Federal e do Ministério Público Federal, na manhã deste dia 18/05/2017, no município de Nova Lima, na Região Metropolitana de Belo Horizonte, em Minas Gerais.

Neste encontro pessoal, o Sr. JOESLEY MENDONÇA BATISTA questionou ao REPRESENTADO quem intermediaria o recebimento do numerário, ao que este prontamente responder: "*\_\_Tem que ser um que a gente mata ele antes de fazer delação. Vai ser o Fred [em nítida alusão ao Sr. FREDERICO PACHECO DE MEDEIROS] com um cara seu. Vamos combinar o Fred com um cara seu porque ele sai de lá e vai no cara. E você vai me dar uma ajuda do c\*\*\*\*\*[vernáculo indecoroso e cuja reprodução se evitará]*".

Oportuno registrar que o Sr. FREDERICO PACHECO DE MEDEIROS foi diretor da Companhia Energética de Minas Gerais S.A - Cemig, nomeado pelo REPRESENTADO, e um dos coordenadores de sua campanha presidencial em 2014.

O indicado pelo Sr. JOESLEY MENDONÇA BATISTA para intermediar a negociata foi o diretor de Relações Institucionais da JBS S.A, o Sr. RICARDO SAUD, que também negocia acordo de colaboração premiada junto à Eminente Procuradora-Geral da República.

A tradição do numerário se deu em quatro oportunidades, em parcelas idênticas, no importe de R\$ 500 mil, tendo sido uma delas videogravada sob supervisão da Polícia



Federal, nos termos do art.3º, III, da Lei de Organizações Criminosas (Lei nº 12.850, de 2013).

A eminente Procuradoria-Geral da República aduz, em petição dirigida ao Eminente Ministro Relator Edson Fachin, dispor elementos suficientes para demonstrar que a quantia jamais chegou ao seu suposto destinatário, o Sr. ALBERTO ZACHARIAS TORON, ou a qualquer outro causídico.

Segundo relato da Procuradoria-Geral da República, o Sr. FREDERICO PACHECO DE MEDEIROS, ainda em São Paulo, na ocasião em que recebera parcela da quantia aqui noticiada, entregou malas com os valores ao Sr. MENDHERSON SOUZA LIMA, servidor comissionado do Gabinete do Sr. JOSÉ PERRELLA DE OLIVEIRA COSTA.

Tal entrega fora monitorada pela Polícia Federal, evidenciando-se que o Sr. MENDHERSON SOUZA LIMA realizou três viagens de carro, de São Paulo a Belo Horizonte, para o transporte dos valores. Segundo a PGR, os recursos foram parar na TAPERA PARTICIPAÇÕES EMPREENDEMENTOS AGROPECUÁRIOS.

Por estas razões fáticas, o Eminente Procurador-Geral da República requereu ao Eminente Ministro Relator Edson Fachin a decretação da prisão do REPRESENTADO, em razão da flagrância em delito continuado de tendo em vista a prática de embaraço a investigação de infração penal que envolva organização criminosa do qual é membro, na linha da estrita dicção do §2º, do art. 2º<sup>1</sup> da Lei de Organizações Criminosas (Lei nº 12.850, de 2013), que tipifica o embaraçamento da atividade persecutória jurisdicional do Estado.

Na manhã do dia 18/05/2017, o Eminente Ministro Relator Edson Fachin decretou o afastamento cautelar dos REPRESENTADOS, fazendo remessa do pedido de prisão ao Plenário da Corte, para que sobre ele decidisse colegiadamente.

---

<sup>1</sup> Obstrução da Justiça

Art. 2º .....

§ 1º Nas mesmas penas incorre quem impede ou, de qualquer forma, embaraça a investigação de infração penal que envolva organização criminosa.



Até a submissão da presente REPRESENTAÇÃO, o pedido de prisão não fora decidido. Caso seja, será objetivo da devida comunicação, via aditamento do presente exordial.

## II - DO DIREITO

Na linha da legislação de regência, que atribui ao acusador o ônus de formular a minudente descrição do fato criminoso, expondo suas circunstâncias, bem como a descrição das razões jurídicas que conformam tais fatos num dado tipo penal, conforme disposição do art. 41<sup>2</sup>, do Código de Processo Penal, de modo a permitir a ampla defesa do acusado, passemos à análise criteriosa de tais aspectos, bem como das amplas questões jurídico-constitucionais subjacentes.

Quanto à legitimidade ativa, não remanescem maiores controvérsias, posto que o art. 55, §2º, da Carta Magna, estatui incumbir aos partidos políticos com representação no Congresso Nacional, como é caso dos REPRESENTANTES, a impulsão de processo disciplinar por quebra de decoro parlamentar:

Art. 55. Perderá o mandato o Deputado ou Senador:

[...]

II - cujo procedimento for declarado incompatível com o decoro parlamentar;

[...]

§ 1º - É incompatível com o decoro parlamentar, além dos casos definidos no regimento interno, o abuso das prerrogativas asseguradas a membro do Congresso Nacional ou a percepção de vantagens indevidas.

§ 2º Nos casos dos incisos I, II e VI, a perda do mandato será decidida pela Câmara dos Deputados ou pelo Senado Federal, por maioria absoluta, **mediante provocação da respectiva Mesa ou de partido político representado no Congresso Nacional**, assegurada ampla defesa. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 76, de 2013)

Superadas as questões de índole processual, dentre as quais a legitimidade ativa e passiva, o foro competente para o processamento e julgamento do feito, e da tempestividade, passe-se à análise da autoria e da materialidade do fato delituoso.

As condutas narradas na síntese fática, além de amoldarem-se ao figuro da legislação processual penal correspondente (notadamente dos crimes de corrupção

---

<sup>2</sup> CPP - Decreto Lei nº 3.689 de 03 de Outubro de 1941

Art. 41. A denúncia ou queixa conterà a exposição do fato criminoso, com todas as suas circunstâncias, a qualificação do acusado ou esclarecimentos pelos quais se possa identificá-lo, a classificação do crime e, quando necessário, o rol das testemunhas.



passiva e lavagem de dinheiro), não obstam a responsabilização do REPRESENTADO no campo político, dada a independência das instâncias de responsabilização, na medida em que, a um só tempo, constituem também violação ao decoro parlamentar, a teor da redação do art. 55, II, da Carta Magna, supramencionado.

A par do comando programático constitucionalmente estatuído, que por si só já permitiria a subsunção dos fatos narrados à definição constitucional de tais atitudes indecorosas, o Código de Ética e Decoro Parlamentar – Resolução do Senado nº 20, de 1993, também cuidou de tipificar as violações especificamente perpetradas pelo REPRESENTADO, que, no entender dos REPRESENTANTES, amolda-se com perfeição às condutas descritas no levantamento fático, em seus art.5º, incisos II e III, *in verbis*:

Art. 5º Consideram-se incompatíveis com a ética e o decoro parlamentar:

[...]

II – a percepção de vantagens indevidas (Constituição Federal, art. 55, § 1º), tais como doações, ressalvados brindes sem valor econômico;

III – a prática de irregularidades graves no desempenho do mandato ou de encargos decorrentes.

Há indícios, conforme narrado na síntese fática, do cometimento do crime de corrupção passiva, qual seja o ilícito criminal cometido por funcionário público que, em razão de sua função, ainda que fora dela ou antes de assumi-la, solicita ou recebe, para si ou para outrem, vantagem indevida, ou aceita promessa de tal vantagem. O agente público que cometer este delito estará sujeito a uma pena de reclusão que pode variar de 2 (dois) a 12 (doze) anos, além de ter que pagar multa, nos termos do art. 317 do Código Penal.

No caso do tipo penal em tela, o bem jurídico protegido é a Administração Pública, especialmente sua moralidade e probidade administrativa, sendo sujeito ativo do crime somente o funcionário público e o sujeito passivo da prática delitiva a Administração Pública. Na espécie, o elemento subjetivo do tipo específico é o dolo, ou seja, é a vontade consciente de solicitar, receber ou aceitar, direta ou indiretamente, vantagem indevida do sujeito passivo da infração penal.



Quanto à incidência da Lei de Organizações Criminosas ao caso em tela, para a conformação típica de organização criminosa exige-se “*a associação de 4 (quatro) ou mais pessoas estruturalmente ordenada e caracterizada pela divisão de tarefas, ainda que informalmente, com objetivo de obter, direta ou indiretamente, vantagem de qualquer natureza, mediante a prática de infrações penais cujas penas máximas sejam superiores a 4 (quatro) anos, ou que sejam de caráter transnacional*”, conforme dicção de seu art. 1º, §1º.

Veja-se que o elemento objetivo do tipo relativo à “*associação de 4 (quatro) ou mais pessoas estruturalmente ordenada*” é facilmente deduzida do consórcio criminoso formado, no mínimo, pelo REPRESENTADO e pelos Sr.s. JOESLEY MENDONÇA BATISTA, RICARDO SAUD, WESLEY MENDONÇA BATISTA, FREDERICO PACHECO DE MEDEIROS, ANDREA NEVES DA CUNHA O número de agentes supera a ordem de quatro membros e a organização é claramente ordenada, ainda que de modo informal, possuindo personagens que exercem diferentes atribuições, tais como dirigentes, estrategistas, beneficiados, intermediários e operadores.

No tocante à finalidade de “*obter, direta ou indiretamente, vantagem de qualquer natureza*”, os propósitos de obter vantagens ilícitas, beneficiar-se de tráfico de influência para lograr vantagem empresarial ou exigir ou receber vantagens ilícitas idôneas à configuração do elemento normativo do tipo em questão.

No que pertine aos meios empregados - *mediante a prática de infrações penais cujas penas máximas sejam superiores a 4 (quatro) anos* - verifica-se que os crimes praticados pelos membros da aludida organização criminosa, quais sejam os crimes de corrupção passiva (art. 317, CP, com pena de reclusão, de 2 a 12 anos, e multa) e corrupção ativa (art. 333, CP, com pena de reclusão, de 2 a 12 anos, e multa) adequam-se todos à exigência do tipo penal, todos com penas máximas superiores a 4 anos.

Observa-se ainda que o REPRESENTADO tratou com empresário notoriamente investigado pelas autoridades judiciárias na mesma época dos fatos o recebimento de valores para favorecimento pessoal, sendo o numerário entregue em espécie sem notificação da autoridade financeira, com o valor transportado por automóvel e





depositado em contas de sociedade empresária não pertinente ao representado. Todos os indícios dos fatos apontam para o cometimento do crime de lavagem de dinheiro, contido no Art. 1º da Lei 9.613 de 1998.

O recebimento e o ocultamento de numerário em espécie, em mala de dinheiro, em quantia não declarada e decorrente de favorecimento, benefício indevido a um Senador da República demonstra o ímpeto criminoso do representado que teria praticado o crime de lavagem de dinheiro se valendo de empresa de colega senador para o ocultamento de bem, tentando disfarça-lo para seu usufruto. Frisa-se ainda que o recebimento do valor indevido foi justificado ao empresário delator como necessário para o pagamento de serviços advocatícios, o que sequer foi demonstrado. Ou seja, o representado recebeu vantagem indevida para favorecimento pessoal buscando ludibriar até mesmo o corruptor!

Tendo em vista que não é objeto da presente REPRESENTAÇÃO a responsabilização criminal por tais delitos, dada a inadequação do meio e do foro, deve-se perquirir se tais comportamentos também se amoldam à disciplina jurídico-normativa da violação ao decoro parlamentar.

Como anteriormente esposado, a imputação aqui realizada em desfavor do REPRESENTADO diz respeito à violação do comando normativo art. 55, II, da Carta Magna, combinado com o art.5º, incisos II e III, do Código de Ética e Decoro Parlamentar – Resolução do Senado nº 20, de 1993.

Trata-se de perscrutar se a conduta do REPRESENTADO vulnera o decoro, refletindo a percepção de vantagens indevidas e a prática de irregularidades graves no desempenho do mandato ou de encargos decorrentes.

Conforme já brevemente suscitado, o cometimento de conduta que simultaneamente amolda-se como crime e infração político-disciplinar não impede a responsabilização do agente no âmbito da esfera político-administrativa e criminal, posto que tais instâncias são independentes. Não se trata, em absoluto, de *bis in idem*. É



de se dizer: pode existir coincidência entre crimes comuns e violações ético-funcionais, mas não dependência entre as esferas de responsabilização.

Nessa linha, de que uma única conduta é capaz de ensejar simultaneamente responsabilidade criminal e político-administrativa, aliás, já decidiu o Egrégio Supremo Tribunal Federal:

A exigência de respeito incondicional às decisões judiciais transitadas em julgado traduz imposição constitucional, justificada pelo princípio da separação de poderes e fundada nos postulados que informam, em nosso sistema jurídico, a própria concepção de Estado Democrático de Direito. O dever de cumprir as decisões emanadas do Poder Judiciário, notadamente nos casos em que a condenação judicial tem por destinatário o próprio poder público, muito mais do que simples incumbência de ordem processual, representa uma incontornável obrigação institucional a que não se pode subtrair o aparelho de Estado, sob pena de grave comprometimento dos princípios consagrados no texto da Constituição da República. A desobediência a ordem ou a decisão judicial **pode gerar, em nosso sistema jurídico, gravíssimas consequências, quer no plano penal, quer no âmbito político-administrativo (possibilidade de impeachment)**, quer, ainda, na esfera institucional (decretabilidade de intervenção federal nos Estados-membros ou em Municípios situados em Território Federal, ou de intervenção estadual nos Municípios).

[IF 590 QO, rel. min. Celso de Mello, j. 17-9-1998, P, DJ de 9-10-1998.]

Em idêntico sentido, colacione-se o seguinte julgado:

EMENTA: Mandado de segurança. - É tranqüila a jurisprudência desta Corte no sentido da **independência das instâncias administrativa, civil e penal**, independência essa que não fere a presunção de inocência, nem os artigos 126 da Lei 8.112/90 e 20 da Lei 8.429/92. Precedentes do S.T.F.. - Inexistência do alegado cerceamento de defesa. - Improcedência da alegação de que a sanção imposta ao impetrante se deu pelo descumprimento de deveres que não são definidos por qualquer norma legal ou infralegal. Mandado de segurança indeferido. (MS 22899 AgR, Relator(a): Min. MOREIRA ALVES, Tribunal Pleno, julgado em 02/04/2003, DJ 16-05-2003 PP-00092 EMENT VOL-02110-02 PP-00279)

Nesta esteira, cumpre diligenciar se o narrado comportamento, por parte do REPRESENTADO, é capaz de subsumir-se à previsão típica plasmada no art. 55, II, da Carta Magna, combinado com o art.5º, incisos II e III, do Código de Ética e Decoro Parlamentar – Resolução do Senado nº 20, de 1993.



Preliminarmente, parece oportuno discutir o alcance da expressão decoro parlamentar, que é definido com maestria por Martines<sup>3</sup> (2008):

Decoro é o recato no comportamento que deve respeitar o acatamento das normas morais e os princípios da decência, da honradez e da dignidade. Decoro parlamentar, por sua vez, nada mais é que a postura exigida de parlamentar no exercício de seu mandato, postura esta que deverá respeitar também todos esses princípios.

Trata-se de uma violação ao esperado comportamento de honradez e compromissamento ético-moral por parte dos agentes públicos, que devem, na sua vida privada e pública, observá-lo rigorosamente.

Enquanto abalo ao domínio ético-moral, o juízo de violação ao decoro é, assim, um juízo eminentemente político, que, no mérito, é, inclusive, insuscetível de revisão pelo Poder Judiciário, em homenagem ao princípio da separação dos Poderes, com espeque na *political question doctrine*. Trata-se de **um juízo essencialmente exarado em relação à indignidade do agente político para a continuidade no sacerdócio da coisa pública.**

Assim, embora a tipicidade seja importante para que se confira segurança jurídica e se estabeleçam parâmetros que norteiem a decisão dos julgadores, decerto que tal previsão legal - *incompatibilidade com o decoro do cargo* - é absolutamente valorativa, com definições genéricas de baixa densidade normativa e carregadas intensamente de juízo axiológico, cujo alcance só pode ser corretamente extraído com concretude através do crivo político dos julgadores.

Neste diapasão, **incumbe ao Congresso Nacional, comprovados os fatos aludidos nesta exordial, responder ao seguinte quesito**, relativamente ao REPRESENTADO: a indicação de agente de sua confiança para o recebimento de vultosa vantagem em espécie, sem qualquer notificação às autoridades financeiras competentes, solicitada sem qualquer justa causa comercial que a legitimasse, mediante

---

<sup>3</sup> MARTINES, Rafael Henrique Gonçalves. **Decoro Parlamentar**: Apontamentos do conceito, questão temporal e abrangência do decoro parlamentar, que se caracteriza pela desarmonia entre as normas morais e a conduta do parlamentar.. 2008. Disponível em: <<http://www.diretonet.com.br/artigos/exibir/6662/Decoro-Parlamentar>>. Acesso em: 18 mai. 2017.



depósito em contas de empresas de terceiros, ofende ou não o decoro esperado de ocupante de alta dignidade do país, qual seja a posição de Senador da República?

Caso o Senado Federal entenda negativa a resposta a este quesito, assumirá o ônus político de julgar que a prática de corrupção passiva, cumulada ao crime de lavagem de dinheiro por parte do REPRESENTADO, é compatível como o comportamento ético esperado dos ocupantes de cadeiras desta Casa.

De outra sorte, caso entenda como positiva tal resposta, assumirá que tal comportamento criminoso e deletério, uma vez devidamente comprovado, no curso da instrução do feito junto ao Senado Federal, não se coaduna com a dignidade, a honra e o decoro do cargo.

Face o quadro exposto, torna-se cristalino o abuso de prerrogativas por parte do REPRESENTADO, na medida em que se valeu do seu cargo público, sua envergadura institucional e sua influência e trânsito sobre as estruturas de Estado para favorecer-se, exigindo vantagem indevida de terceiros aliados. A torpeza da conduta salta aos olhos e merece condenação mesmo diante do mais frouxo parâmetro de probidade que se tenha em conta.

Verifica-se no caso em tela cristalina ofensa à vedação disposta no art. 5º, II e III, do Código de Ética e Decoro Parlamentar<sup>4</sup>, na medida em que o Representado cometeu diversos ilícitos criminais, de alto calibre gravoso, com a torpeza própria de um criminoso habitual.

A evidências custodiadas pelas autoridades investigativas demonstrarão a realização exaustiva de todo o ementário das violações ao Decoro parlamentar previstas no art. 5º, de modo que não pairarão, no curso da instrução processual, dúvidas sobre a

---

<sup>4</sup> Art. 5º Consideram-se incompatíveis com a ética e o decoro parlamentar;

I - o abuso das prerrogativas constitucionais asseguradas aos membros do Congresso Nacional (Constituição Federal, art. 55, § 1º);

II - a percepção de vantagens indevidas (Constituição Federal, art. 55, § 1º), tais como doações, benefícios ou cortesias de empresas, grupos econômicos ou autoridades públicas, ressalvados brindes sem valor econômico;

III - a prática de irregularidades graves no desempenho do mandato ou de encargos decorrentes.



liquidez probante das ofensas ao decoro esposadas na síntese fática e, por conseguinte, das penalidades que lhe devem ser contrapostas.

Registre-se que informações acarreadas nos autos limitam-se a apontar eventos que se tornaram públicos e notórios e que se encontram lastreados em farta instrução probatória produzida em juízo, perante o Supremo Tribunal Federal, nos autos de inquérito movido em face do REPRESENTADO.

Tendo em vista que **parte substantiva das evidências encontra-se acautelada pelo sigilo**, em posse da Eminente Procuradoria-Geral da República, bem como do Egrégio Supremo Tribunal Federal, tendo em vista a não ultimização do processo de homologação da colaboração premiada que lhe deu causa, declara-se a impossibilidade de juntada de plano de tais provas, indicando-se os referidos órgãos como os locais onde podem ser requeridas.

No âmbito da persecução penal, o compartilhamento de provas é mecanismo cuja conveniência é ditada na atualidade pelas características das modernas formas de criminalidade – especialmente a organizada e multinacional –, que envolvem apreciável multiplicidade de ações delitivas e pluralidade de autores.

Neste sentido, dispõe o art. 3.º, inc. VIII, da Lei 12.850, de 2013, que define organização criminosa e dispõe sobre a investigação criminal, os meios de obtenção da prova, infrações penais correlatas e o procedimento criminal; altera o Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal); revoga a Lei no 9.034, de 3 de maio de 1995; e dá outras providências, a ver:

Art. 3º Em qualquer fase da persecução penal, serão permitidos, sem prejuízo de outros já previstos em lei, os seguintes meios de obtenção da prova:

[...]

VIII - cooperação entre instituições e órgãos federais, distritais, estaduais e municipais na busca de provas e informações de interesse da investigação ou da instrução criminal.

Trata-se de pedido em estrita conformidade com a Lei, ainda que o art. 7º, da Lei 12.850, de 2013, determine que o pedido de homologação do acordo de colaboração premiada seja será sigilosamente distribuído, contendo apenas informações que não possam identificar o colaborador e o seu objeto, devendo, por óbvio, a autoridade que



receber tal compartilhamento, **compromissar-se a preservar tal sigilo**, na linha do que já é corriqueiro nas Comissões Parlamentares de Inquérito, que usualmente recebem a transferência de dados sigilosos albergados pelo sigilo bancário, telemático e de dados telefônicos.

Ressalte-se que a exordial não padece de inépcia por não contar com tais provas, posto que impossível aos REPRESENTANTES dispor de tais meios, albergados por sigilo processual.

Desse modo, com fulcro no Art. 17-A da Resolução nº 20 de 1993, incluído pela Resolução nº 25 de 2008, requer a notificação do Colendo Supremo Tribunal Federal para que compartilhe com o Conselho de Ética do Senado Federal o conteúdo dos áudios, vídeos e a íntegra da petição da Procuradoria Geral da República que pede a sua prisão, bem como da decisão que determinou medidas cautelares no sentido do afastamento de seu mandato, entrega de passaporte e restrições de contato com demais investigados.

Insta frisar que a ausência deste compartilhamento não impedirá que o Conselho de Ética do Senado Federal firme sua convicção e produza, por si, as provas que corroborarão os fatos delineados nesta representação, o que se busca com o compartilhamento é a máxima elucidação do caso, evitando a realização de tarefas já desenvolvidas pelos órgãos judiciários com expertise para a investigação criminal que resultou no drástico evento de afastamento de um Senador da República do exercício do seu mandato por decisão do Supremo Tribunal Federal.

### **III - DOS PEDIDOS**

Face o exposto, requer a este Conselho de Ética e Disciplina:

- I. O Recebimento e a instauração de Procedimento Disciplinar no âmbito deste Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, com a finalidade de apurar a violação disciplinar deflagrada por parte do **REPRESENTADO**, com vistas à cassação do seu mandato, nos termos do art. 7, “d”, do Código de Ética e Decoro Parlamentar (Resolução nº 20, de 1993);



- II. Que proceda a notificação do **REPRESENTADO** em seu Gabinete, ou, caso se necessário, através de Edital, para apresentar defesa escrita e provas no prazo regimentalmente estabelecido, nos termos do art. 15, II, bem como se fazer assistir de advogado, caso deseje, nos termos do art.16, ambos do Código de Ética e Decoro Parlamentar (Resolução nº 20, de 1993);
- III. Na hipótese de não apresentação de defesa escrita e provas diretamente por parte do **REPRESENTADO**, que se proceda à nomeação de defensor dativo que lhe oportunize o contraditório e a ampla defesa, nos termos do art. 15, III, do Código de Ética e Decoro Parlamentar (Resolução nº 20, de 1993);
- IV. Com fundamento nos artigos 15, IV e 19 da Resolução 20, de 1993, requer cópia integral das provas acauteladas junto ao Egrégio STF, dos termos de colaboração premiada dos Srs. JOESLEY MENDONÇA BATISTA e WESLEY MENDONÇA BATISTA, no bojo da chamada “Operação Lava Jato”, bem como das provas materiais que lhe foram acostadas, relativamente ao REPRESENTADO, e que façam parte integrante das razões de pedir e fundamentos da presente REPRESENTAÇÃO, em sede de compartilhamento de provas, sob compromisso de sigilo, em conformidade com o que dispõe o art. 3.º, inc. VIII, c/c art. 7º, ambos da Lei 12.850, de 2013;
- V. Pede-se a produção de prova testemunhal consistente na oitiva das pessoas abaixo indicadas, as quais deverão ser intimadas para tal finalidade, nos termos do art. 15, II, “a”, do Código de Ética e Decoro Parlamentar – Resolução do Senado nº 20, de 1993<sup>5</sup>:
1. JOESLEY MENDONÇA BATISTA;
  2. JOSÉ PERRELLA DE OLIVEIRA COSTA;
  3. MENDHERSON SOUZA LIMA

---

<sup>5</sup> Art. 14. A representação contra Senador por fato sujeito à pena de perda do mandato ou à pena de perda temporária do exercício do mandato, aplicáveis pelo Plenário do Senado, na qual, se for o caso, sob pena de preclusão, deverá constar **o rol de testemunhas, em número máximo de 5 (cinco)**, os documentos que a instruem e a especificação das demais provas que se pretende produzir, será oferecida diretamente ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar pela 14 Mesa ou por partido político com representação no Congresso Nacional.



4. RICARDO SAUD;
5. WESLEY MENDONÇA BATISTA.

A juntada de documentos que instruem a presente inicial, nos termos do art. 283, do Código de Processo Civil;

Propugna-se pela produção de provas por todos os meios permitidos em lei;

Em anexo seguem os seguintes documentos:

- Anexo I – Certidão de identificação do Partido Político subscritor e de representação no Congresso Nacional;
- Anexo II – Instrumento de mandato;
- Anexo II – Reportagens que noticiaram amplamente os fatos narrados na exordial.

Termos em que pede e espera deferimento.

Brasília, 18 de maio de 2017.

**DANILO MORAIS DOS SANTOS**

Advogado - OAB nº 50.898-DF

**RAPHAEL SODRÉ CITTADINO**

Advogado - OAB nº 53.229-DF





**JOSÉ GUSTAVO FÁVARO BARBOSA SILVA**

Presidente Nacional da REDE Sustentabilidade

**RAIMUNDO LUIZ SILVA ARAÚJO**

Presidente Nacional do Partido Socialismo e Liberdade